

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.417 - PR (2019/0112214-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : SANDRO APARECIDO MARTINS
ADVOGADO : SANDRO APARECIDO MARTINS (EM CAUSA PRÓPRIA) -
PR065778
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : ERNESTO MODESTO MARTINS
INTERES. : FABIANA DO ROCIO SOUCEK MARTINS
INTERES. : IVANI PAULO MARTINS

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por SANDRO APARECIDO MARTINS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERVIDOR PÚBLICO DESVIO DE VERBAS DA CÂMARA MUNICIPAL AÇÃO FRAUDULENTA.

RECURSO 1 ESPOSA DO SERVIDOR QUE PRATICOU O ATO DE IMPROBIDADE AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA QUE NÃO SE ADEQUA AO CASO RECURSO PROVIDO.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso

especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

